



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE,  
ENTRE SI, CELEBRAM O INSTITUTO  
NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL -  
INPI E O GOVERNO DO ESTADO DO  
MARANHÃO, POR INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E  
COMÉRCIO, COM VISTAS À  
DESCENTRALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DE  
ATIVIDADES NA ÁREA DA PROPRIEDADE  
INDUSTRIAL, DE COMPETÊNCIA  
ESPECÍFICA DO INPI.

Processo INPI nº 52400.025189/2015-29

O INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.648/70, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com sede à Praça Mauá nº 7, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 42.521.088/0001-37, doravante denominado, simplesmente INPI, neste ato representado por seu Presidente, **LUIZ OTAVIO PIMENTEL**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 199.981.120-87, portador da Carteira de Identidade nº 1.818.236-4, expedida pela SSP/SC, no exercício da atribuição que lhe confere o Regimento Interno do INPI, e o GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da sua SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede à Avenida Professor Carlos Cunha, s/n, Ed. Nagib Haickel, Calhau, São Luís/MA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.032.043/0001-72, doravante denominada, simplesmente SEINC, neste ato representada por seu Secretário, **JOSÉ SIMPLÍCIO ALVES DE ARAÚJO**, brasileiro, portador da carteira de identidade nº. 72557497-6, expedida pela SSP/MA, inscrita no CPF sob o nº. 334.898.743-15, nomeado em 01 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Maranhão nº. 001 de 02 de janeiro de 2015.

**CONSIDERANDO** a importância de promover a disseminação da cultura da propriedade industrial e a proteção dos direitos que lhe são inerentes no Estado do Maranhão, estimulando os meios empresarial e acadêmico para o desenvolvimento de novas pesquisas que resultem em novos produtos ou processos com potencial de exploração econômica;

**CONSIDERANDO** a necessidade de facilitar o acesso aos serviços e informações relativos à proteção dos direitos de propriedade industrial;

1





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

**CONSIDERANDO** os princípios da descentralização administrativa, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e demais normas legais pertinentes;

**RESOLVEM** celebrar o presente Acordo de Cooperação, sujeito à observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas legais pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Acordo de Cooperação tem por objeto a conjugação de esforços dos partícipes com a finalidade de descentralizar atividades na área da propriedade industrial, de competência específica do INPI, mediante a implementação das seguintes ações:

a) instalar a representação do **INPI** na Secretaria de Estado da Indústria e Comércio do Maranhão, com vistas à descentralização da execução de atividades de competência específica do **INPI**, de apoio, informação, recepção, de documentação, e protocolar nas áreas de marcas, patentes, desenhos industriais, indicações geográficas, programas de computador, topografia de circuitos integrados, transferência de tecnologia e informação tecnológica;

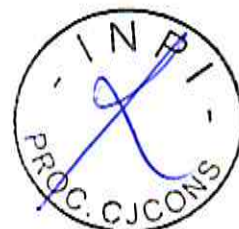
b) disseminar a cultura da propriedade industrial no Estado do Maranhão, com vistas ao fomento da inovação tecnológica, nos meios empresarial e acadêmico, e à adequada proteção dos direitos de propriedade industrial que lhe são inerentes;

c) disseminar a importância da utilização da informação tecnológica, contida nos documentos de patentes, a fim de subsidiar atividades de pesquisa e desenvolvimento no Estado do Maranhão, bem como capacitar as empresas do Estado à geração de novas tecnologias, tornando-as mais competitivas no mercado nacional e internacional; e

d) promover, por meio de parcerias e em articulação com universidades, centros de pesquisa, associações de classe e outras entidades governamentais e não governamentais do Estado do Maranhão, cursos, seminários e outros eventos de apoio ao desenvolvimento industrial e tecnológico, com ênfase na propriedade industrial.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO**

Para a consecução do objeto deste Acordo, os partícipes se obrigam a cumprir o Plano de Trabalho que o integra, para todos os fins e efeitos de direito, independentemente de transcrição.







SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Acordo vigorará por 60 (sessenta) meses, contados da data da sua assinatura.

### CLÁUSULA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado por acordo entre os partícipes, nos casos e na forma admitidos na Lei nº 8.666/93 e na IN/STN nº 01/97, mediante Termo Aditivo.

### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS

O presente Acordo e seus eventuais aditamentos não envolvem repasse de recursos orçamentário-financeiros entre os partícipes, arcando, cada qual, com as despesas que lhe correspondam na implementação do seu objeto, nada devendo um partícipe a outro pela execução do presente Acordo de Cooperação, em qualquer lugar, a qualquer tempo e a qualquer pretexto que seja.

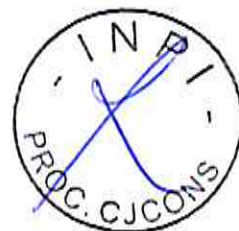
### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

Os partícipes se obrigam a executar fielmente o presente Acordo, empreendendo esforços contínuos e recíprocos para a consecução do seu objeto, de acordo com as cláusulas ora pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um dos partícipes pelas consequências da sua inexecução, total ou parcial.

### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Ao INPI compete:

a) disciplinar a execução, pela SEINC, das atividades de competência específica do INPI de apoio, informação, entrega de documentos e recepção nas áreas de marcas, patentes, desenhos industriais, indicações geográficas, programas de computador, topografia de circuitos integrados, transferência de tecnologia e informação tecnológica, descentralizadas por meio deste Acordo, mediante o estabelecimento de regras, critérios, programas e princípios, a serem obrigatoriamente respeitados pela SEINC conforme determinado no art. 10, § 4º, do Decreto-Lei nº 200/67;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

b) coordenar, orientar, gerenciar, supervisionar e fiscalizar a execução das atividades do INPI, descentralizadas por este Acordo, de responsabilidade da SEINC;

c) designar, em ato próprio da autoridade competente do INPI, servidor do seu Quadro de Pessoal para representá-lo e para coordenar, orientar, gerenciar, supervisionar e fiscalizar a execução das atividades do INPI, descentralizadas por este Acordo, de responsabilidade da SEINC, designando, igualmente, servidor do seu Quadro de Pessoal para substituí-lo em seus impedimentos legais e regulamentares;

d) disponibilizar à SEINC, a pedido justificado desta, aceito pelo INPI, servidor do seu Quadro de Pessoal para apoiar na execução exclusiva das atividades do INPI, descentralizadas por este Acordo, de responsabilidade da SEINC;

e) disponibilizar à SEINC infra-estrutura necessária, em comum acordo, destinados à execução exclusiva das atividades do INPI, descentralizadas por este Acordo, de responsabilidade da SEINC, bem como a disponibilidade do Sistema de Protocolo Automatizado Geral - PAG;

f) responsabilizar-se pelos serviços de manutenção, preventiva e corretiva, dos equipamentos e aparelhos de sua propriedade por ventura disponibilizados à SEINC para a execução exclusiva das atividades do INPI, descentralizadas por este Acordo de Cooperação, de responsabilidade da SEINC, providenciando, sempre que necessário, a reposição de peças, componentes e quaisquer outros materiais ou acessórios que se façam necessários ao bom funcionamento desses equipamentos e aparelhos;

g) substituir qualquer equipamento ou aparelho defeituoso de sua propriedade que por ventura tenha sido disponibilizado à SEINC para a execução exclusiva das atividades do INPI, descentralizadas por este Acordo, de responsabilidade da SEINC;

h) substituir, sempre que julgar conveniente e oportuno, qualquer equipamento ou aparelho de sua propriedade que tenha sido disponibilizado à SEINC para a execução exclusiva das atividades do INPI, descentralizadas por este Acordo de Cooperação, de responsabilidade da SEINC;

i) responsabilizar-se pelo transporte e pela instalação dos equipamentos e aparelhos disponibilizados à SEINC para a execução exclusiva das atividades do INPI, descentralizadas por este Acordo, de responsabilidade da SEINC, bem como de peças, componentes e quaisquer outros materiais ou acessórios que se façam necessários ao bom funcionamento desses equipamentos e aparelhos;







SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

j) responsabilizar-se pelo pagamento, se for o caso, das ligações locais e DDD da conta mensal da linha telefônica disponibilizada à SEINC, realizadas, exclusivamente, no atendimento da execução das atividades do INPI, descentralizadas por este Acordo, mediante a apresentação, pela SEINC, do relatório mensal de controle das ligações telefônicas;

k) responsabilizar-se pelos serviços de malote destinados a atender às demandas exclusivamente decorrentes da execução das atividades do INPI, descentralizadas por este Acordo, de responsabilidade da SEINC;

l) capacitar, quando necessário, os recursos humanos disponibilizados pela SEINC para a execução das atividades do INPI, descentralizadas por este Acordo de Cooperação, de responsabilidade da SEINC;

m) apoiar a SEINC nas atividades de disseminação da cultura da propriedade industrial no Estado do Maranhão com vistas ao fomento da inovação tecnológica nos meios empresarial e acadêmico e à adequada proteção dos direitos de propriedade industrial que lhe são inerentes, viabilizando inclusive meios de deslocamento para os servidores indicados;

n) apoiar a SEINC nas atividades de disseminação da importância da utilização da informação tecnológica contida nos documentos de patentes, a fim de subsidiar atividades de pesquisa e desenvolvimento no Estado do Maranhão, bem como capacitar as empresas do Estado à geração de novas tecnologias, tornando-as mais competitivas no mercado nacional e internacional, viabilizando inclusive meios de deslocamento para os servidores indicados;

o) apoiar a SEINC na realização de cursos, seminários e outros eventos que visem à capacitação do público em geral em questões relativas ao Sistema Eletrônico de Gestão da Propriedade Industrial e à proteção adequada dos direitos de propriedade industrial.

p) identificar parcerias visando à promoção de cursos, seminários e outros eventos, em articulação com universidades, centros de pesquisa, associações de classe e outras entidades governamentais e não governamentais do Estado do Maranhão, destinados a fomentar a utilização do Sistema da Propriedade Industrial como forma de apoiar o desenvolvimento industrial e tecnológico, com ênfase na propriedade industrial e de acordo com o potencial do mercado local;

q) avaliar, em conjunto com a SEINC, os resultados obtidos com a execução deste Acordo e o alcance dos seus objetivos;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

À SEINC compete:

a) acolher, em suas dependências, a representação do INPI, disponibilizando área física e infra-estrutura adequada, definida em comum acordo pelos partícipes, à execução pela SEINC das atividades de competência específica do INPI de apoio, informação e recepção nas áreas de marcas, patentes, desenhos industriais, indicações geográficas, programas de computador, topografia de circuitos integrados, transferência de tecnologia e informação tecnológica, descentralizadas por este Acordo;

b) disponibilizar servidor (es) do seu Quadro de Pessoal para executar as atividades do INPI, descentralizadas por este Acordo, de responsabilidade da SEINC, com estrita observância às regras, critérios, programas e princípios previamente estabelecidos pelo INPI;

c) disponibilizar, a pedido justificado do INPI e aceito pela SEINC, equipamentos, aparelhos, meios, materiais e quaisquer outros recursos de sua propriedade que se façam necessários à execução das atividades do INPI, descentralizadas por este Acordo, de responsabilidade da SEINC;

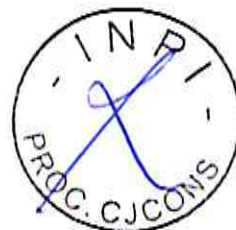
d) responsabilizar-se pelo pagamento das contas de energia elétrica, água, esgoto e gás, decorrentes da execução das atividades do INPI, descentralizadas por este Acordo, de responsabilidade da SEINC;

e) responsabilizar-se pelos serviços de limpeza, asseio e conservação nas suas dependências destinadas à execução das atividades do INPI, descentralizadas por este Acordo, de responsabilidade da SEINC;

f) responsabilizar-se pelos serviços de vigilância nas suas dependências destinadas à execução das atividades do INPI, descentralizadas por este Acordo, de responsabilidade da SEINC;

g) encaminhar ao INPI todos os processos e todos e quaisquer outros documentos relativos à execução das atividades do INPI, descentralizadas por este Acordo, de responsabilidade da SEINC, juntamente com os formulários e documentos de controle de movimentação, semanalmente ou em periodicidade menor, se a demanda assim o exigir;

h) responsabilizar-se pelo controle das ligações locais, DDD da conta mensal da linha telefônica por ventura disponibilizada pelo INPI à SEINC, realizadas, exclusivamente, no atendimento da execução das atividades do INPI, descentralizadas por este Acordo, de responsabilidade da SEINC;







SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

i) encaminhar ao **INPI**, se for o caso de linha telefônica cedida à **SEINC** pelo Instituto, a conta telefônica do mês de competência até o 1º (primeiro) dia útil após o seu recebimento, acompanhada do relatório mensal de controle de ligações telefônicas, conforme formulário de controle disponibilizado pelo **INPI**, para fins de pagamento;

j) permitir a instalação, a retirada, a manutenção, corretiva e preventiva, e a substituição, pelo **INPI** ou por agente (s) por ele indicado (s), de qualquer equipamento ou aparelho de sua propriedade disponibilizado à **SEINC** para a execução exclusiva das atividades do **INPI**, descentralizadas por este Acordo, de responsabilidade da **SEINC**;

k) promover a disseminação e disseminar, sempre que possível e em conjunto com o **INPI**, a cultura da propriedade industrial no Estado do Maranhão, com vistas ao fomento da inovação tecnológica nos meios empresarial e acadêmico e à adequada proteção dos direitos de propriedade industrial que lhe são inerentes;

l) promover a disseminação e disseminar, sempre que possível e em conjunto com o **INPI**, a importância da utilização da informação tecnológica contida nos documentos de patentes, bem como capacitar as empresas do Estado à geração de novas tecnologias, tornando-as mais competitivas no mercado nacional e internacional;

m) promover, em conjunto com o **INPI**, a realização de cursos, seminários e outros eventos que visem à capacitação do público em geral em questões relativas ao Sistema Eletrônico de Gestão da Propriedade Industrial e à proteção adequada dos direitos de propriedade industrial;

n) identificar parcerias visando à promoção cursos, seminários e outros eventos, em articulação com universidades, centros de pesquisa, associações de classe e outras entidades governamentais e não governamentais do Estado do Maranhão, destinados a fomentar a utilização do Sistema da Propriedade Industrial como forma de apoiar o desenvolvimento industrial e tecnológico, com ênfase na propriedade industrial e de acordo com o potencial do mercado local;

o) avaliar, em conjunto com o **INPI**, os resultados obtidos com a execução deste Acordo e o alcance dos seus objetivos;

p) informar ao **INPI**, imediatamente, qualquer fato impeditivo da execução normal, ainda que temporariamente, das atividades do **INPI**, descentralizadas por este Acordo, de responsabilidade da **SEINC**.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Fica assegurado ao INPI a autoridade normativa sobre o presente Acordo e o exercício do controle e da fiscalização sobre a sua execução local, consoante dispõe o art. 10, § 6º, do Decreto-Lei nº 200/67. A fiscalização deste Acordo caberá ao Escritório de Difusão Regional da respectiva área de influência, com a supervisão conjunta da CGAR, conforme item "b", do parágrafo primeiro, da Cláusula Sexta deste Acordo.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Quando ocorrer a paralisação da execução das atividades deste Acordo de Cooperação, como consequência da paralisação das atividades da SEINC, ou, ainda, no caso de ocorrência de fato relevante no curso da execução deste Acordo de Cooperação, fica assegurada ao INPI a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução das atividades deste Acordo de Cooperação, de modo a evitar a sua descontinuidade.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

A SEINC assegurará o livre acesso, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente a este Acordo, aos servidores do órgão de controle interno do INPI e do órgão de controle externo a que o mesmo está subordinado, quando em missão de fiscalização ou de auditoria.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

A SEINC, através de seus prepostos e contratados, se obriga a não fazer uso, disponibilizar ou tornar público, por qualquer meio, a qualquer tempo ou local, de informação de propriedade de terceiro de caráter sigiloso, definido na Lei nº 9.279/96, ou legislação pertinente em vigor, que trate de documentos nas áreas de Patentes, Desenho Industrial, Marcas, Indicações Geográficas, Programa de Computador, Topografia de Circuitos Integrados, Transferência de Tecnologia e Informação tecnológica, de que venha a ter conhecimento em virtude da execução deste Acordo.

#### CLÁUSULA NONA - DOS BENS REMANESCENTES

Os equipamentos, aparelhos e outros bens disponibilizados pelo INPI à SEINC, para a execução exclusiva das atividades do INPI, descentralizadas por este Acordo de Cooperação, que remanesçam na data de sua conclusão, ou extinção, poderão, à critério do Presidente do INPI, ser doados à SEINC.







SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

**CLÁUSULA DEZ - DA RESPONSABILIDADE CIVIL**

Os partícipes se responsabilizam civilmente, por qualquer dano causado ao outro partícipe ou a prepostos seus ou a terceiros, por ato seu, de seus prepostos ou contratados, omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, praticado em decorrência da execução do presente Acordo de Cooperação.

**CLÁUSULA ONZE - DA RESILIÇÃO**

O presente Acordo de Cooperação poderá ser resilido, pelos partícipes a qualquer tempo, mediante comunicação escrita ao outro, encaminhada com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, e entregue mediante recibo, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo da sua vigência e creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

**CLÁUSULA DOZE - DA RESCISÃO**

O presente Acordo de Cooperação poderá ser rescindido, por infringência de qualquer das suas cláusulas, obrigações e condições, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo da sua vigência e creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

**CLÁUSULA TREZE - DA IRRENUNCIABILIDADE**

A tolerância, por qualquer dos partícipes, com o descumprimento, total ou parcial, de qualquer obrigação imposta pelo presente Acordo de Cooperação, será interpretada como mera liberalidade, não constituindo novação, modificação ou renúncia do direito de exigir, a qualquer tempo, o cumprimento da respectiva obrigação.

**CLÁUSULA QUATORZE - DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR**

Nenhum dos partícipes poderá ser responsabilizado pelo inadimplemento, total ou parcial, de qualquer obrigação assumida em virtude do presente Acordo de Cooperação, por motivo de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

### CLÁUSULA QUINZE - DAS COMUNICAÇÕES ENTRE OS PARTICÍPES

Todas as comunicações entre os partícipes deverão ser feitas por escrito, via postal ou e-mail, e endereçadas como segue:

**Pelo INPI:**

1) Coordenação Geral de Ação Regional

Antônio Carlos Pereira Coelho

Rua São Bento nº 01, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20090-010

E-mail: antonioe@inpi.gov.br

2) Escritório de Difusão Regional Nordeste

Alberto Moreira Rocha

Rua Dr. Mario Martins Coelho nº 36 – Aldeota – Fortaleza – CE – CEP.: 60.170-280

e-mail: alberto@inpi.gov.br

**Pela SEINC:**

Secretaria de Estado da Indústria e Comércio

Déa Lourdes Furtado de Oliveira

Av. Professor Carlos Cunha, S/N, Ed. Nagib Haickel, Calhau, São Luís/MA

CEP: 65076 - 820

E-mail: dea.oliveira@seinc.ma.gov.br

### PARÁGRAFO ÚNICO

Eventuais alterações de endereço deverão ser formalizados por escrito, mediante correspondência entre os partícipes.

### CLÁUSULA DEZESSEIS - DA EFICÁCIA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

O presente Acordo de Cooperação só terá eficácia depois de publicado seu extrato, no Diário Oficial da União, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

### PARÁGRAFO ÚNICO

Incumbirá ao INPI providenciar a publicação do extrato deste Acordo de Cooperação e de seus eventuais Termos Aditivos, no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, contados daquela data.







SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

**CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO**

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Acordo, será competente o Juízo Federal da Seção Judiciária do Município do Rio de Janeiro, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justos e acordados, assinam os partícipes o presente Acordo em 03 (três) vias, de igual teor e forma e para os mesmos fins e efeitos de direito, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas, e qualificadas.

Rio de Janeiro, em 12 de FEVEREIRO de 2016.

  
\_\_\_\_\_  
**LUIZ OTAVIO PIMENTEL**  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI

  
\_\_\_\_\_  
**JOSÉ SIMPLICIO ALVES ARAÚJO**  
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

  
\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA – CPF Nº 009.042.053-13

  
\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA – CPF Nº 095081805-8



**PLANO DE TRABALHO****DESCENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE RECEPÇÃO TÉCNICA DO INPI, CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS LOCAIS E SERVIDORES DA ENTIDADE PARCEIRA NO NOVO SISTEMA INTEGRADO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E DIFUSÃO DA CULTURA DE PI****Unidade Executora****Unidades Envolvidas**

DICOD/CGAR

DIRETORIA DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
COORDENAÇÃO GERAL DE AÇÃO REGIONAL  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
INPI/PRESIDÊNCIA**Gerentes****Recursos Financeiros**Antônio Carlos Pereira Coelho – INPI/CGAR  
Alberto Moreira da Rocha – INPI/CGAR/DIREG CE**NÃO HÁ REPASSES  
FINANCEIROS****Objetivos Gerais**

Descentralização administrativa dos serviços do INPI para o **Estado do Maranhão**, através da **Secretaria de Estado da Indústria e Comércio**, no tocante à execução de atividades específicas de orientação e de recepção nas áreas de Marcas, Indicações Geográficas, Patentes, Desenho Industrial, Transferência de Tecnologia, Registro de Programas de Computador, Topografia de Circuitos Integrados e Informação Tecnológica.

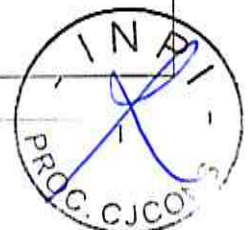
Disseminar em âmbito regional o uso do Sistema de Propriedade Industrial e, de forma mais específica, a importância da utilização da informação tecnológica contida em documentos de patentes constante do acervo do INPI.

Participação na promoção de programas e eventos de apoio ao desenvolvimento industrial e tecnológico da região no que tange o tema Propriedade Intelectual.

Capacitação do público usuário e recursos humanos de instituições parceiras no Sistema Integrado de Propriedade Industrial.

**Objetivos Específicos:**

- 1) Prestação de informações gerais ao público local sobre os serviços e benefícios do Sistema de Propriedade Industrial.
- 2) Orientação, recepção e entrega técnica da documentação dirigida às áreas técnicas do INPI.
- 3) Ações de suporte aos usuários quanto ao acesso ao Sistema Integrado de Propriedade Industrial.
- 4) Capacitação da equipe de trabalho da entidade conveniada no novo sistema Integrado de Propriedade Industrial.
- 5) Disseminação de conteúdos da área de PI – marcas, patentes, desenhos industriais, entre outros – com foco direcionado ao uso estratégico da Informação Tecnológica, em âmbito regional.
- 6) Realização de eventos de capacitação no novo Sistema Integrado de Propriedade Industrial aos segmentos sociais locais interessados.





7) Apoio a eventos de disseminação da cultura da Propriedade Intelectual, especialmente junto a segmentos sociais envolvidos com inovação tecnológica.

8) Interiorização do conhecimento pela sociedade local das benesses do Sistema de Propriedade Industrial.

#### Justificativas:

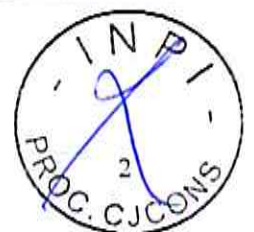
Sendo a Propriedade Intelectual responsável por um percentual significativo do valor gerado nas empresas modernas, especialmente nos setores de ponta onde os produtos são fortemente diferenciados por marcas, design e conteúdo tecnológico agregado ao produto, a adequada administração dos sistemas de Propriedade Industrial torna-se fundamental para o incremento dos investimentos em P & D, para a viabilização da cooperação entre diferentes empresas e destas com centros de pesquisa, para a agilização da circulação de informação e conhecimento além de assegurar direitos garantidores dos capitais empregados.

No presente, apesar de um crescente reconhecimento das atividades inovadoras como principal alicerce para o desenvolvimento sócio econômico do País, acompanhado de significativas melhoras no desempenho científico, no avanço da legislação própria e na paulatina melhoria dos sistemas de financiamento as ações de P & D, o País ainda não foi capaz de inserir de forma sistemática, ações de Propriedade Intelectual nas estratégias públicas e privadas para consolidação de um forte Sistema de Inovação Nacional. O resultado traduz-se em uma participação bastante reduzida de nacionais no contexto do INPI, com uma média de 10% das concessões da média total dos últimos cinco anos.

Neste sentido, empreendeu o INPI por um lado, um amplo processo de reestruturação institucional e modernização, objetivando atender de forma ágil, transparente e confiável, e por outro, incentivando através de ações de integração institucional, o fortalecimento da interface com os setores governamentais, de produção, acadêmicos e de pesquisa, objetivando o fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação.

#### Resultados Esperados

- Atendimento as demandas locais por orientações quanto a utilização do Sistema de Propriedade Industrial e os serviços dele decorrentes.
- Atendimento as demandas locais quanto a recepção de documentação técnica a ser enviada ao INPI.
- Capacitação da equipe local quanto ao novo Sistema Integrado de Propriedade Industrial em seus diversos módulos.
- Realização em parceria com a instituição parceira de eventos de capacitação dos segmentos interessados no novo Sistema Integrado de Propriedade Industrial.
- Participação em eventos de disseminação da cultura de Propriedade Industrial especialmente os que envolverem segmentos sociais ligados a inovação tecnológica.



**Fases de realização das metas**

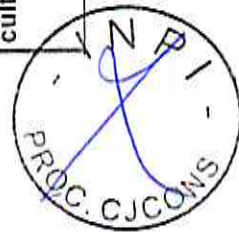
Metas	Início	Término
1. Prestação de informações gerais sobre Propriedade Industrial e os serviços prestados pelo INPI.	Fevereiro/2016	Fevereiro/2021
2. Orientação, recepção e entrega técnica da documentação dirigida às áreas finalísticas do INPI.	Fevereiro/2016	Fevereiro/2021
3. Ações de suporte ao usuário quanto ao acesso ao Sistema Integrado de Propriedade Industrial em seus diversos módulos.	Fevereiro/2016	Fevereiro/2021
4. Capacitação da equipe de trabalho da entidade parceira e do público usuário local no Sistema Integrado de Propriedade Industrial em seus diversos módulos em parceria com as entidades locais.	Fevereiro/2016	Fevereiro/2021
5. Disseminar conteúdos relativos ao Sistema Integrado de Propriedade Industrial em seus diversos módulos.	Fevereiro/2016	Fevereiro/2021
6. Participação em eventos de disseminação da cultura e serviços da Propriedade Industrial.	Fevereiro/2016	Fevereiro/2021





Classificação das despesas por metas

Metas	Custeio
1. Prestação de informações gerais sobre Propriedade Industrial e os serviços prestados pelo INPI.	A SEINC acolherá em suas dependências a representação do INPI, disponibilizando infraestrutura física e de pessoal, sem ônus para o INPI, e executará a prestação de informações gerais sobre Propriedade Industrial com estrita observância às regras, critérios, programas e princípios do INPI.
2. Orientação, recepção e entrega técnica da documentação dirigida às áreas finalísticas do INPI.	A SEINC acolherá em suas dependências a representação do INPI, disponibilizando infraestrutura física e de pessoal, sem ônus para o INPI, e deverá proceder com a recepção, entrega, protocolo e encaminhamento ao INPI de documentos nas áreas de marcas, patentes, desenho industrial, informação tecnológica, indicação geográfica, programa de computador, topografia de circuitos integrados e transferência de tecnologia. O INPI arcará com as despesas de malote.
3. Ações de suporte ao usuário quanto ao acesso ao Sistema Integrado de Propriedade Industrial em seus diversos módulos.	A SEINC acolherá em suas dependências a representação do INPI, disponibilizando infraestrutura física e de pessoal, sem ônus para o INPI, e executará ações de suporte ao público local sobre os serviços e benefícios do Sistema de Propriedade Industrial, bem como orientá-lo quanto ao acesso ao Sistema Integrado de Propriedade Industrial.
4. Capacitação da equipe de trabalho da entidade parceira e do público usuário local no Sistema Integrado de Propriedade Industrial em seus diversos módulos em parceria com as entidades locais.	O INPI capacitará pelo menos uma vez por ano os recursos humanos disponibilizados pela SEINC através de curso na modalidade à distância (EaD), sem custos por nenhuma das partes. Nos casos de capacitação presencial, a SEINC viabilizará as despesas de passagens, traslado e hospedagem dos servidores do INPI.
5. Disseminar conteúdos relativos ao Sistema Integrado de Propriedade Industrial em seus diversos módulos.	A SEINC deverá identificar parcerias visando à promoção de cursos, seminários e outros eventos destinados a fomentar a cultura da Propriedade Industrial e encaminhar as eventuais demandas desta natureza para a DIREG CE. Nos casos em que o INPI possa atender a demanda, preferencialmente por meio de servidores lotados na DIREG CE, a SEINC ou o promotor do evento viabilizará as despesas de passagens, traslado e hospedagem dos servidores do INPI.
6. Participação em eventos de disseminação da cultura e serviços da Propriedade Industrial.	A SEINC deverá identificar parcerias visando à promoção de eventos de disseminação da cultura e serviços da Propriedade Industrial e encaminhar as eventuais demandas desta natureza para a DIREG CE. Nos casos em que o INPI possa atender a demanda, preferencialmente por meio de servidores lotados na DIREG CE, a SEINC ou o promotor do evento viabilizará as despesas de passagens, traslado e hospedagem dos servidores do INPI.





Fls: 182  
Rub: TP



SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2016 UASG 550005

Nº Processo: 71000075569201308.  
PREGÃO SISPP Nº 1/2016. Contratante: SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO. CNPJ Contratado: 42563692000126. Contratado: M.L. MONTREAL, INFORMATICA S.A. -Objeto: Prestação de serviços de apoio à gestão e fiscalização de contratos de TI e à gestão do processo de software, dimensionados em Horas de Serviços Técnicos (HST), que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto nº 2.271/97 e IN SMT/MPDG nº 02/08. Vigência: 25/02/2016 a 25/02/2017. Valor Total: R\$8.629.992,00. Fonte: 151000000 - 2016NE000100. Data de Assinatura: 25/02/2016.

(SICON - 26/02/2016) 550005-00001-2016NE000001

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

EXTRATOS DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo nº 52001.001722/2015-60 Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2016/MDIC, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, CNPJ/MP nº 00.394.478/0002-24 e o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Comércio, CNPJ/MP nº 42.498.683/0001-07. Objeto: Consolidar a mútua cooperação entre os signatários, com vistas a promover um maior intercâmbio de informações e articular ações de facilitação de investimentos produtivos no País, que ocorrerá por meio da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento - Renai. Data da Assinatura: 24/02/2016. Vigência: 31/03/2019. Assinado pelo MDIC, o Sr. Carlos Augusto Grabois Gadelha - Secretário do Desenvolvimento da Produção, e pelo Estado do Rio de Janeiro, o Sr. Marco Caputo - Secretário de Estado.

Processo nº 52001.000342/2016-99 Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº 05/2016/MDIC, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, CNPJ/MP nº 00.394.478/0002-24 e o Estado do Amapá, por meio da Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá, CNPJ/MP nº 22.918.780/0001-07. Objeto: Consolidar a mútua cooperação entre os signatários, com vistas a promover um maior intercâmbio de informações e articular ações de facilitação de investimentos produtivos no País, o que ocorrerá por meio da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento - Renai. Data da Assinatura: 24/02/2016. Vigência: 31/03/2019. Assinado pelo MDIC, o Sr. Carlos Augusto Grabois Gadelha - Secretário do Desenvolvimento da Produção, e pelo Estado do Amapá, o Sr. Iliezer Vieira da Silva - Diretor Presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico.

Processo nº 52001.000442/2016-15 Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2016/MDIC, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, CNPJ/MP nº 00.394.478/0002-24 e o Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, CNPJ/MP nº 13.937.040/0001-06. Objeto: Consolidar a mútua cooperação entre os signatários, com vistas a promover um maior intercâmbio de informações e articular ações de facilitação de investimentos produtivos no País, o que ocorrerá por meio da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento - Renai. Data da Assinatura: 24/02/2016. Vigência: 31/03/2019. Assinado pelo MDIC, o Sr. Carlos Augusto Grabois Gadelha - Secretário do Desenvolvimento da Produção, e pelo Estado da Bahia, o Sr. Jorge Fontes Heredia - Secretário de Desenvolvimento Econômico.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E SOCIAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2016

CONTRATADO: Instituto CASA - Convergências de Arte, Sociedade e Arquitetura (CNPJ nº 18.338.573/0001-95).  
CONTRATANTE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.  
OBJETO: Patrocínio para a realização do projeto, denominado: "A Beleza Possível: Exposição de Arte, Cultura e Arquitetura Social", que ocorrerá de 1º de novembro de 2016 a 31 de maio de 2017, no Rio de Janeiro (RJ).  
ESPECÍFIC: contrato administrativo.  
PREÇO: valor total de até R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/actex/cadex/dm/>, pelo código 00032016022900114

PRAZO: 18 (dezoito) meses, contados da data da assinatura do contrato.  
RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: 3141.31.01.04-5 - Projetos Culturais - Rouanet 100%.  
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, "caput", da Lei nº 8.666, de 21.06.1993.  
PRONUNCIAMENTO JURÍDICO: NOTA GP/DEJUR nº 21/2016, de 25.02.2016, anexa à IP GP/DEJUR nº 017/2016, emitida em 24.02.2016.  
ATO DE RATIFICAÇÃO: do Chefe da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência do BNDES, em 25.02.2016.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2016

CONTRATADO: Levisky Negócios & Cultura Ltda. - EPP (CNPJ nº 05.029.938/0001-58).  
CONTRATANTE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.  
OBJETO: Patrocínio para a realização do projeto denominado Fórum Empreendimentos Culturais, que ocorrerá de 31 de março a 30 de junho de 2016, no Rio de Janeiro (RJ).  
ESPECÍFIC: contrato administrativo.  
PREÇO: valor total de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).  
PRAZO: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.  
RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: 3141.11.05.00-0 - Apoio a Eventos e Publicações de Terceiros.  
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, "caput", da Lei nº 8.666, de 21.06.1993.  
PRONUNCIAMENTO JURÍDICO: NOTA GP/DEJUR nº 17/2016, de 22.02.2016, anexa à IP GP/DEJUR nº 012/2016, emitida em 19.02.2016.  
ATO DE RATIFICAÇÃO: do Chefe da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência do BNDES, em 25.02.2016.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: nº 52400.025189/2015. ESPÉCIE: Acordo de cooperação técnica celebrado entre o INPI e a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio do Estado do Maranhão - SEINC. OBJETO: Descentralizar as atividades na área da propriedade industrial, da competência específica do INPI, pela instalação da representação do INPI no Estado do Maranhão, disseminação da cultura da propriedade industrial, utilização da informação tecnológica contida nos documentos de patentes e promoção de eventos com ênfase na propriedade industrial. DATA DA ASSINATURA: 12 de fevereiro de 2016. SIGNATÁRIOS: pela Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio do Estado do Maranhão - José Símplicio Alves Araújo - SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO DO ESTADO DO MARANHÃO (SEINC), pelo INPI - Luis Otávio Pimentel - PRESIDINTE.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,  
QUALIDADE E TECNOLOGIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 61/2016 - UASG 183039

Número do Contrato: 19/2015. Nº Processo: 11.746/2014. INEXIGIBILIDADE Nº 16/2015. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA. CNPJ Contratado: 11018277000168. Contratado: SINGHPI TACOGRAFO LIMITADA -Objeto: Prorrogação do prazo de contratação até 30 de junho de 2016. Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93. Vigência: 04/03/2016 a 30/06/2016. Valor Total: R\$164.523,16. Fonte: 250183023 - 2016NE000487. Data de Assinatura: 23/02/2016.

(SICON - 26/02/2016)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 63/2016 - UASG 183039

Número do Contrato: 25/2015. Nº Processo: 13.768/2014. INEXIGIBILIDADE Nº 21/2015. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA. CNPJ Contratado: 13765634000138. Contratado: WANK PEGAS E SERVIÇOS LTDA - ME -Objeto: Prorrogação do prazo de contratação até 30 de junho de 2016. Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93. Vigência: 10/03/2016 a 30/06/2016. Valor Total: R\$164.523,16. Fonte: 250183023 - 2016NE000551. Data de Assinatura: 23/02/2016.

(SICON - 26/02/2016)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 81/2016 - UASG 183039

Número do Contrato: 82/2014. Nº Processo: 13462/2013. PREGÃO SISPP Nº 45/2014. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA. CNPJ Contratado: 0618991000189. Contratado: INSTITUTO SAÚDE E SERVIÇOS LTDA - EPP. Objeto: Prorrogação por 90 (noventa) dias. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 29/02/2016 a 26/05/2016. Data de Assinatura: 22/02/2016.

(SICON - 26/02/2016)

EDITAL Nº 2/2016

Período de 1º de fevereiro de 2016 a 29 de fevereiro de 2016  
O INMETRO torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontram em fase de discussão os seguintes projetos de norma ou revisão de norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, abaixo relacionados com seus respectivos prazos para sugestões:

- PROJETO DE NORMA BRASILEIRA  
Os Projetos de Norma da ABNT podem ser visualizados e impressos pelo site [www.abnt.org.br/consultacional](http://www.abnt.org.br/consultacional). As sugestões devem ser apresentadas conforme instruções no próprio site.  
ABNT/CB-002 - CONSTRUÇÃO CIVIL  
Prazo-limite: 04 de abril de 2016  
Projeto de Revisão ABNT NBR 14653-3 - Avaliação de bens Parte 3: Imóveis rurais e seus componentes  
ABNT/CB-004 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS MECÂNICOS  
Prazo-limite: 26 de março de 2016  
Projeto de Revisão ABNT NBR 11326 - Equipamentos de levantamento e movimentação de carga - Conjunto de gancho-lanste forjado - Dimensões  
Prazo-limite: 16 de abril de 2016  
Projeto de Revisão ABNT NBR 13536 - Segurança de máquinas - Máquinas injetoras de plástico e borracha  
Prazo-limite: 19 de abril de 2016  
Projeto de Revisão ABNT NBR 13862 - Transportadores contínuos - Transportadores de correia - Requisitos de segurança para projeto  
ABNT/CB-005 - AUTOMOTIVO  
Prazo-limite: 18 de abril de 2016  
Projeto de Revisão ABNT NBR 15754 - Veículos rodoviários automotores - Bomba elétrica de combustível para motores de ciclo Otto - Requisitos técnicos  
ABNT/CB-011 - COURO, CALÇADOS E ACESSÓRIOS DE COURO  
Prazo-limite: 18 de março de 2016  
Projeto de Revisão ABNT NBR 11125 - Insumos - Tanetas - Determinação do teor de sólidos totais  
Prazo - limite: 03 de abril de 2016  
Projeto ABNT NBR 16473 - Conforto em calçados escolares - Requisitos e ensaios  
Prazo-limite: 15 de abril de 2016  
Projeto de Revisão ABNT NBR 15686 - Calçados - Determinação da adensação rápida da sola  
Prazo-limite: 21 de abril de 2016  
Projeto de Revisão ABNT NBR 13525 - Ensaio físicos e químicos em couro - Valores orientativos para aceitação de couros  
Projeto de Revisão ABNT NBR 14547 - Couros - Insumos líquidos - Determinação da densidade de massa  
Prazo-limite: 24 de abril de 2016  
Projeto de Revisão ABNT NBR 14743 - Construção inferior do calçado - Solas, solados e materiais afins - Determinação da resistência ao flexionamento por solicitações contínuas  
Projeto de Revisão ABNT NBR 14824 - Construção inferior do calçado - Unissolas e entressolas - Determinação da densidade em peças inteiras - Método hidrostático  
Projeto de Revisão ABNT NBR 15177 - Calçados - Determinação da resistência ao arrancamento de solas  
ABNT/CB-016 - TRANSPORTES E TRAFEGO  
Prazo-limite: 15 de abril de 2016  
Projeto de Revisão ABNT NBR 9735 - Conjunto de equipamentos para emergências no transporte terrestre de produtos perigosos  
ABNT/CB-017 - TÊXTEIS E DO VESTUÁRIO  
Prazo-limite: 26 de abril de 2016  
Projeto ABNT NBR 16478 - Artigos confeccionados - Parâmetros dimensionais de zíper  
Projeto de Revisão ABNT NBR 10592 - Zíper - Terminologia  
ABNT/CB-026 - ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR  
Prazo-limite: 07 de março de 2016  
Projeto de Revisão ABNT NBR ISO 14242-1 - Implantes para cirurgia - Desgaste de próteses totais de articulação do quadril - Parte 1: Parâmetros de carregamento e deslocamento para máquinas de ensaio de desgaste e condições correspondentes do meio para ensaio  
Projeto de Revisão ABNT NBR ISO 14243-3 - Implantes para cirurgia - Desgaste de próteses de articulação de joelho - Parte 3: Parâmetros de carregamento e deslocamento para máquinas de ensaio de desgaste com controle de deslocamento e correspondentes condições de meios para ensaios  
Prazo-limite: 22 de março de 2016  
Projeto de Revisão ABNT NBR ISO 16061 - Instrumentação para uso em associação com implantes cirúrgicos não ativos - Requisitos gerais  
Prazo-limite: 03 de abril de 2016  
Projeto de Revisão ABNT NBR 15252 - Produtos para a saúde - Passivação de aços inoxidáveis por eletropolimento  
Projeto ABNT NBR 16466 - Implantes para cirurgia - Avaliação de resíduos do processo de limpeza  
Projeto de Revisão ABNT NBR 15664-7 - Implantes para ortopedia - Revestimento de produtos - Parte 7: Requisitos e métodos de ensaio para avaliação de recrescimento do fosfato de cálcio  
Projeto de Revisão ABNT NBR 15664-8 - Implantes para ortopedia - Revestimento de produtos - Parte 8: Método de ensaio para determinação por difração de raios X do teor de fase de revestimentos de hidroxiapatita por aspersão a plasma  
Prazo-limite: 04 de abril de 2016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.